



Por Gustavo Loyola

Foi presidente do BC em duas ocasiões (1992-1993 e 1995-1997). Entre 2003 e 2006, presidiu o Conselho Fiscal do Itaú. É sócio-diretor da Tendências Consultoria

O ano velho deixará saudades

No encerrar do ano, o que se vê é um Congresso, com raras exceções, totalmente descompromissado com o ajuste fiscal

Por Gustavo Loyola

23/12/2024 05h00 - Atualizado há 3 dias

Os cenários para a economia global no próximo ano se mostram mais desafiadores do que os verificados em 2024. O mesmo padrão negativo valerá também para o Brasil, tanto por razões domésticas quanto externas. Nessas condições, uma correta gestão macroeconômica no Brasil será fundamental para evitar maior queda do crescimento e da geração de empregos no ano que vem.

Com relação ao cenário externo, além das tensões geopolíticas no Leste Europeu e no Oriente Médio, a maior fonte de incertezas tem origem nas políticas que venham a ser adotadas pela administração Trump, a partir de janeiro próximo. O propósito do novo presidente norte-americano de imprimir uma política fortemente protecionista em relação não apenas à China, mas também em relação a outros parceiros comerciais tradicionais, deve levar a pressões inflacionárias a nível global, inclusive pela provável retaliação dos países prejudicados. Nessa situação, o crescimento global deve declinar e os bancos centrais serão obrigados a recorrer a políticas monetárias mais restritivas.

O quadro acima também deve significar valorização da moeda norte-americana e piora das condições financeiras globais, um quadro certamente mais desafiador para as economias emergentes, que provavelmente terão juros mais altos e crescimento menor nos próximos anos. As promessas eleitorais de Trump, se cumpridas à risca, implicarão agravamento da situação fiscal norte-americana, também com consequências negativas sobre a atuação do Fed. Um outro aspecto a ser considerado é a política concernente à imigração ilegal que, dependendo de sua intensidade, pode afetar negativamente o mercado de trabalho dos Estados Unidos, adicionando novas pressões inflacionárias.

Falta de percepção à maioria da classe política, a começar por Lula, sobre a gravidade da situação fiscal

Todos esses aspectos negativos provenientes do exterior já seriam suficientes para prejudicar o desempenho da economia brasileira em 2025, porém o mais prejudicial para nós é a ausência de uma política fiscal responsável, fruto principalmente da percepção equivocada do presidente Lula, para quem o Brasil não tem problema fiscal algum, sendo nosso principal problema os “juros altos”, como afirmou em recente entrevista.

O destempero verbal do presidente brasileiro somente faz agravar as pressões sobre o câmbio, levando o Banco Central a realizar intervenções no mercado cambial que dificilmente serão efetivas a continuar a política de “faz de conta” liderada por Lula e secundada pela maioria de seu governo.

A existência de um gravíssimo problema estrutural nas contas públicas é cristalina. Somente não a vê quem pratica cegueira deliberada por razões ideológicas, conveniência política ou pura ignorância mesmo. A grande maioria dos economistas brasileiros qualificados e especialistas no tema aponta para a existência de uma trajetória insustentável do endividamento público brasileiro, fruto da elevada relação dívida bruta/PIB, baixo crescimento econômico, juros reais elevados e persistentes e estruturais déficits nas contas primárias do governo.

O final desse filme, demonstrada pela experiência prática de vários países e pelos estudos acadêmicos, é sempre a elevação forte e continuada da inflação ou um puro e simples calote na dívida, ambos resultados extremamente negativos para o país e principalmente para a parcela mais desprovida de sua população.

A novelesca trajetória do ajuste fiscal baseado no corte de despesas, anunciado com todas as fanfarras pelos ministros Fernando Haddad e Simone Tebet em junho passado, ilustra muito bem a falta de percepção da maioria da classe política brasileira - a começar pelo próprio presidente Lula sobre a gravidade da situação fiscal brasileira e sobre a urgência de se atacar esse problema de modo efetivo.

Quando, finalmente, no final de novembro, as esperadas medidas foram anunciadas, vimos a montanha parindo um rato. Imediatamente, os mercados reagiram com alta dos juros e depreciação do Real, como, aliás, era de se antecipar numa situação como essa. A propósito, é patético (e talvez cômico também) que alguns políticos, como o presidente do PT, vejam nisso uma elaborada conspiração engendrada na Faria Lima para prejudicar os pobres e enfraquecer o governo lulista. No encerrar do ano, o que se vê é um Congresso, com raras exceções, totalmente descompromissado com o ajuste fiscal, com os presidentes das duas Casas omisso no debate e mais preocupados com a liberação do “dinheirinho” das emendas condenadas pelo Supremo Tribunal Federal, e as pressões aumentando sobre o Banco Central que se torna a última trincheira para evitar o descontrole inflacionário, obrigado pelas circunstâncias a promover fortes elevações das taxas de juros que, obviamente, cobram um preço caro da sociedade brasileira e, por isso, são criticadas, inclusive por Lula, um dos principais responsáveis pelo caos das contas públicas brasileiras.

Por tudo isso infelizmente, no plano macroeconômico, as perspectivas não nos parecem alvissareiras para 2025. Mas, no plano pessoal, fica o desejo e a esperança de que nossos leitores tenham um feliz Ano Novo, com muita saúde, alegria e prosperidade.

Gustavo Loyola, doutor em Economia pela EPGE/FGV, foi presidente do Banco Central e é sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo.